

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTRAPLANO

1. ORDEM DE SERVIÇO

2020/01750

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Objeto

Desempenho. Auditoria extraplano para análise das estratégias educacionais disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar a aprendizagem dos bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal de São Paulo durante o período de suspensão do atendimento presencial decorrente da pandemia do coronavírus (auditoria autorizada no protocolo e-TCM 6110/2020).

2.2. Objetivo

Verificar se os procedimentos operacionais adotados na gestão do objeto são adequados.

2.3. Área auditada

Secretaria Municipal de Educação (SME).

2.4. Período de realização

De 30.04.2020 a 12.06.2020.

2.5. Período de abrangência

De 16.03.2020 a 12.06.2020.

2.6. Equipe técnica

Bárbara Popp

Registro TC nº 20.178

Silvia Yuri Matsumoto

Registro TC nº 20.212

2.7. Procedimentos

- Requisitar informações aos responsáveis;
- Acessar as informações e materiais disponíveis no site da SME;
- Elaborar e realizar pesquisa (amostra não estatística) com responsáveis pelas DREs, unidades educacionais e familiares de estudantes, por meio de formulário eletrônico;
- Descrever as estratégias educacionais adotadas pela SME;
- Analisar se houve a participação dos diversos atores na construção das estratégias educacionais;
- Calcular o percentual de bebês, crianças, jovens e adultos que receberam os materiais impressos disponibilizados pela SME;
- Analisar se as estratégias pedagógicas da SME alcançam todos os bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal;
- Acessar os materiais impressos, disponíveis em formato digital, no site da SME;
- Analisar se o conteúdo dos materiais impressos é aderente ao currículo da rede municipal: educação infantil (4 e 5 anos) e 1º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática;
- Analisar a forma e o momento de correção das atividades propostas nos materiais impressos;
- Analisar se as atividades não presenciais serão consideradas para fins de cumprimento da carga horária mínima anual;
- Analisar o plano pedagógico da SME para a volta às aulas presenciais – calendário escolar e demais estratégias e atividades presenciais;

Ressalta-se que, devido ao contexto atual de pandemia causado pelo Covid-19, todos os procedimentos de auditoria foram realizados de forma não presencial, de modo a atender às medidas de isolamento social, conforme recomendação da OMS.

2.8. Siglas

CECCO	Centro de Convivência e Cooperativa
CEU	Centro Educacional Unificado
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
Coged	Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional
Cogep	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
Coped	Coordenadoria Pedagógica
Diped	Diretoria Pedagógica
DRE	Diretoria Regional de Educação
IN	Instrução Normativa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NAAPA	Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem
PAAI	Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão
PAEE	Professor de Atendimento Educacional Especializado
SME	Secretaria Municipal de Educação

3. RESULTADO

3.1. Introdução

Trata-se de auditoria extraplano, autorizada pelo conselheiro relator (peças 4 e 5), com o objetivo de analisar as estratégias educacionais disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar a aprendizagem dos bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal de São Paulo durante o período de suspensão do atendimento presencial decorrente da pandemia do coronavírus.

Em 11.03.2020, a Organização Mundial de Saúde declarou pandemia para a infecção causada pelo novo coronavírus (covid-19).

Em 13.03.2020, o Ministério da Saúde anunciou orientações para evitar a disseminação do coronavírus, recomendando a redução do contato social. Quanto às instituições de ensino, foi recomendado o planejamento da antecipação das férias, procurando reduzir prejuízos no calendário escolar, inclusive com a possibilidade de utilizar o ensino à distância¹.

Em 16.03.2020, o município de São Paulo, por meio do decreto municipal nº 59.283/2020, declarou situação de emergência na cidade, para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, estabelecendo uma série de medidas.

Destacamos as determinações à SME, contidas no art. 16 do referido decreto:

Art. 16. Fica determinado à Secretaria Municipal de Educação que:
I - capacite os professores para atuarem como orientadores dos alunos quanto aos cuidados a serem adotados visando à prevenção da doença;
II - realize mutirão de orientação aos responsáveis e alunos;
III - busque alternativas para o fornecimento de alimentação aos estudantes;
IV - promova a interrupção gradual das aulas na rede pública de ensino, com orientação dos responsáveis e alunos acerca da COVID-19 e das medidas preventivas;
V - oriente as escolas da rede privada de ensino para que adotem o mesmo procedimento estabelecido no item anterior;
VI - adote medidas visando à operacionalização de ensino à distância.

Em 19.03.2020, a Instrução Normativa (IN) SME nº 13 estabeleceu medidas transitórias e antecipou o período de recesso das unidades educacionais da rede direta e parceira, em razão da situação de emergência decretada no município de São Paulo.

O art. 3º da referida IN antecipou para 23.03.2020 a 09.04.2020 o período de recesso para estudantes, professores, auxiliares de desenvolvimento infantil, auxiliares de vida escolar e instrutores e intérpretes de Libras (art. 3º da IN SME nº 13/2020).

Em 22.03.2020, foi decretada a quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do covid-19, que restringiu atividades de maneira a evitar a possível contaminação ou propagação do coronavírus, com vigência de 24.03.2020 a 07.04.2020 (decreto estadual nº 64.881).

¹ Saúde anuncia orientações para evitar a disseminação do coronavírus. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46540-saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirus>. Acesso em: 09.06.2020.

O período de quarentena previsto inicialmente foi estendido por meio dos decretos estaduais nºs 64.920, 64.946, 64.953, 64.967, 64.994 e 65.014 até o dia 28.06.2020.

Em 23.03.2020, o decreto municipal nº 59.298 suspendeu, no período de 24.03.2020 a 07.04.2020, o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais de bens e mercadorias, atacadistas, varejistas e ambulantes, e prestadores de serviços em funcionamento no município de São Paulo.

A suspensão do atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no município de São Paulo foi estendida por meio dos decretos municipais nºs 59.335 e 59.363, 59.405 e 59.473 até o dia 15.06.2020.

Em 19.03.2020, o Conselho Municipal de Educação (CME) estabeleceu normas para a reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do coronavírus, nas unidades educacionais do sistema municipal de ensino de São Paulo (Resolução SME/CME nº 02/2020 e Recomendação SME/CME nº 02/2020).

Em 08.04.2020, a IN SME nº 15 estabeleceu critérios para a organização das estratégias disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar a aprendizagem dos estudantes da rede direta e parceira durante o período de suspensão do atendimento presencial.

De acordo com o art. 2º da IN SME nº 15/2020, a partir de 13.04.2020 e enquanto durar o período de suspensão do atendimento presencial, o processo de aprendizagem dar-se-á prioritariamente por meio de material impresso e complementarmente em ambiente virtual.

3.2. Estratégias educacionais da IN SME nº 15/2020 e construção participativa

3.2.1. Estratégias educacionais disponibilizadas para o período de suspensão de atendimento presencial

De acordo com a IN SME nº 15/2020, o material impresso, elaborado pelos profissionais da SME/Coped, disponibilizado aos estudantes para utilização por dois meses, é o ponto central para o desenvolvimento das estratégias e atividades durante o período de suspensão, não havendo prejuízo aos alunos que não possuem acesso remoto, devendo ser utilizado nas aulas no retorno às atividades presenciais (art. 3º).

De acordo com a SME, aproximadamente 600 mil estudantes, ou seja, 57,4% dos alunos da rede municipal se encontram em situação de vulnerabilidade social² (estudantes que estão recebendo o cartão alimentação).

Foram produzidos 14 cadernos, denominados “Trilhas de Aprendizagens”: a) dois para a educação infantil, um para crianças de 0 a 3 anos e outro para crianças de 4 a 5 anos, b) nove para o ensino fundamental, um para cada ano, divididos em quatro eixos – Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências Naturais, c) um para o ensino médio, voltado às atualidades e, d) dois para a educação de jovens e adultos; no site da SME é possível a consulta e download dos materiais³.

Os materiais deveriam chegar impressos às casas dos estudantes, via correio, e foram elaborados de forma que os estudantes possam realizar as atividades com autonomia e/ou ajuda dos familiares, por um período de até dois meses, segundo a SME⁴.

Segundo o art. 2º § 1º da IN SME nº 15/2020, a comunicação on-line entre professores e estudantes ocorrerá por meio de plataforma digital disponibilizada pela SME.

Outras atividades planejadas, tendo como ponto de partida o Projeto Político Pedagógico da escola, os resultados da Prova São Paulo e as avaliações internas, deverão complementar o material impresso disponibilizado (art. 3º da IN SME nº 15/2020).

Segundo a Secretaria, a plataforma para estudo é um apoio complementar aos materiais impressos, que conectará professores e estudantes para troca de informações, conhecimentos e explicações sobre o material impresso, além de oferecer oportunidades de aprendizagem (peça 8, fl. 2).

A SME informa, ainda, que, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, seriam disponibilizados programas de TV para a educação infantil, ensino fundamental e médio (peça 8, fl. 2).

² Prefeitura de São Paulo amplia em 71% cobertura do cartão alimentação para estudantes da Rede Municipal. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/amplia-cartao-alimentacao/>. Acesso em: 09.06.2020.

³ Trilhas de aprendizagem. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens/>. Acesso em: 09.06.2020.

⁴ COVID – 19: Prefeitura de São Paulo lança cadernos especiais para estudos em casa. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/covid-19-prefeitura-de-sao-paulo-lanca-cadernos-especiais-para-estudos-em-casa/>. Acesso em: 09.06.2020.

Constata-se, assim, que o material impresso enviado aos estudantes, por meio do correio, é o ponto central para o desenvolvimento de atividades de aprendizagem durante o período de suspensão do atendimento presencial, de modo a não haver prejuízos aos alunos que não possuem o acesso remoto. A plataforma digital, que conecta professores e estudantes, e os programas de TV são ações complementares aos materiais impressos.

3.2.2. Construção participativa das estratégias educacionais

A IN SME nº 15/2020 e a Carta aos Educadores, segundo a SME, foram construídas com base na recomendação e na resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) de São Paulo e no Currículo da Cidade, bem como na necessidade de garantir que os estudantes da rede municipal não se afastassem das situações de aprendizagem (peça 10, fl.1).

De acordo com a SME, participaram da produção das estratégias os educadores e profissionais da Coordenadoria Pedagógica (Coped), e de outras áreas da SME, como Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional (Coged) e Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep), além do Gabinete do Secretário (peça 10, fl. 1).

Como procedimento de auditoria, foram realizadas pesquisas eletrônicas com as Divisões Pedagógicas (Diped) de todas as Diretorias Regionais de Educação (DREs) da cidade e com amostra de gestores de unidades educacionais de todas as DREs, além de amostra de pais/responsáveis de alunos da rede municipal.

Todas as Dipeds participaram da pesquisa, com exceção da Divisão da DRE Campo Limpo, que não respondeu o questionário on-line (peça 32). Em relação às escolas, houve a resposta de 88 gestores representantes de CEIs (diretos, indiretos e parceiros), EMEIs, EMEFs e EMEFM, localizadas em todas as 13 DREs da cidade (peça 33). Quanto aos pais/responsáveis pelos estudantes⁵, houve a participação de 211 responsáveis pelos alunos atendidos em CEIs (diretos, indiretos e parceiros), EMEIs e EMEFs das DREs Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Guaianases, Ipiranga, Itaquera, Penha, Pirituba, São Mateus e São Miguel (peça 34). As pesquisas eletrônicas foram realizadas de 05 a 12.05.2020 para as DREs, de 06 a 13.05.2020 para as unidades educacionais e de 12 a 25.05.2020 para os pais/responsáveis (peças 32 a 34).

⁵ Os gestores das unidades educacionais, à pedido da equipe de auditoria, encaminharam o link da pesquisa eletrônica para os pais/responsáveis pelos estudantes.

Em relação às estratégias pedagógicas, 33% das Dipeds declararam que não participaram da construção das ações. Das Divisões que participaram da formulação das estratégias, no nível central, junto à SME, 75% disseram que contribuíram por meio da elaboração de materiais (peça 32, fl. 1).

Em relação aos gestores das unidades educacionais, não há relatos de participação desses profissionais na construção de estratégias educacionais no nível central, junto à SME (peça 33, fl. 1).

A gestão democrática do ensino público é um princípio estabelecido no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal (CF) de 1988 e no art. 3º, inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Federal nº 9.394/1996. Todavia, constata-se que os gestores e os professores das unidades educacionais não participaram da formulação das estratégias educacionais previstas na IN SME nº 15/2020. Para além da previsão legal do princípio da gestão democrática do ensino público, estabelecido na CF e na LDB, a escuta e a participação desses profissionais favoreceriam a implementação e a efetividade da política pública nos diferentes territórios da cidade.

3.3. Alcance das estratégias educacionais

3.3.1. Materiais impressos

3.3.1.1. Cadastro de endereço

Para o recebimento dos materiais impressos, via correio, a SME solicitou aos responsáveis pelos alunos que preenchessem um formulário on-line atualizando os dados cadastrais e, para as famílias com dificuldade de acesso à internet ou com problemas no preenchimento, a orientação foi o contato telefônico com a escola para solicitação do preenchimento dos dados⁶.

Além disso, a Secretaria informou que extraiu e encaminhou dados cadastrais do sistema Escola On-Line (EOL) para as escolas, com a informação da última data de alteração do endereço do estudante, orientando as unidades a contatar as famílias, por meio de ligações

⁶ Atualização de endereço para entrega de matérias e conteúdos pedagógicos. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/atualizacao-de-endereco-para-entrega-de-materias-e-conteudos-pedagogicos/>. Acesso em: 09.06.2020.

telefônicas, com o objetivo de atualizar os endereços dos alunos, na ordem dos registros mais antigos para os mais recentes (peça 13, fl. 1).

93,2% dos gestores escolares que responderam a pesquisa afirmaram que a unidade realizou algum tipo de ação para cadastro do endereço das famílias, como a confirmação do endereço, envio do link para as famílias realizarem a atualização, contato telefônico e divulgação nas redes sociais (peça 33, fl. 2).

3.3.1.2. Entrega dos materiais

De acordo com informações prestadas pela SME em 11.05.2020 (peças 12 e 13, fls. 1/2):

- os materiais impressos foram entregues aos correios entre os dias 16 e 30.04.2020;
- 80% dos cadernos já haviam sido entregues;
- O índice de ocorrência/devolução nas entregas foi de 0,7%;
- Os materiais devolvidos seriam enviados à escola correspondente à matrícula do estudante e entregues mediante agendamento com a família.

Em 02.06.2020, a Pasta informou que a entrega nas residências havia sido finalizada e que ainda estava em curso o retorno dos materiais não entregues às unidades educacionais (peça 29, fl. 1).

Perguntou-se aos gestores escolares sobre a realização de ações de acompanhamento do recebimento dos materiais impressos pelas famílias e 53,4% responderam que a unidade não tem realizado nenhum tipo de ação de acompanhamento. 51,1% dos gestores disseram que receberam reclamações dos pais/responsáveis sobre os materiais enviados, sendo alguns dos motivos citados o não recebimento dos materiais, a demora na entrega e a dificuldade de acompanhar os filhos (peça 33, fls. 3/4).

Do mesmo modo, 43,6% dos pais que responderam a pesquisa on-line afirmaram que os filhos ainda não haviam recebido os materiais impressos (pesquisa realizada de 12 a 25 de maio de 2020) e 10,4% afirmaram que alguns filhos haviam recebido o material e outros não (peça 34, fl. 1). A demora na entrega dos materiais foi um dos pontos de reclamações espontâneas dos pais na pesquisa – transcrição literal dos relatos (peça 34, fls. 3/4):

As atividades não chegou e não consigo acessar email sala de aula.

Ta horrivel, não consigo ter acesso as atividades! Eu que vou atrás e imprimo atividades puxadas pela internet para primeira série, pra ele não ficar parado e graças a Deus ele está aprendendo!

Não consigo fazer às atividades escolares com meus filhos até pelo fato de não ter internet em casa e ainda não chegou o material impresso também.

Não recebemos nenhum material para meu filho..e nem os livros até hoje nunca chegou.. isso é muito revoltante..Queremos fazer o melhor por eles..mais fica difícil..Sem mais.

O principal problema nessa área é tentar auxiliar a criança a aprender algo sem os materiais necessários pra isso no caso o livro que ainda não chegou.

O mais difícil tem sido tentar passar as atividades ao meu filho imprimindo folhas pq o livro não chegou ainda.

Constata-se que, na primeira quinzena de maio de 2020, mais de um mês após o fim do recesso escolar⁷, 20% dos estudantes da rede municipal, ou seja, aproximadamente 209 mil alunos⁸, ainda não haviam recebido o material impresso. No início de junho de 2020, a entrega dos cadernos havia sido finalizada e os materiais devolvidos pelos correios ainda estavam em processo de envio às unidades educacionais para posterior entrega aos estudantes, mediante agendamento. Ainda que os cadernos estejam disponíveis para download, consigna-se que a demora na entrega desses materiais causa prejuízos aos estudantes sem acesso ou com limitações de acesso aos recursos digitais, notadamente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

3.3.1.3. Orientação aos estudantes e familiares

Os materiais impressos apresentam orientações aos estudantes e familiares (ver item 3.4).

A SME considera, ainda, a ferramenta Google Sala de Aula (Google Classroom) como o canal oficial da Pasta para comunicação e orientação dos professores com os estudantes e os familiares; na educação infantil, o diálogo, mediado pelos familiares/responsáveis, é feito por meio de vídeos interativos, contação de histórias, musicalidade, etc. (peça 14, fl. 1).

Adicionalmente, a SME informa que: a) unidades educacionais utilizam redes sociais e aplicativos para ampliar a comunicação com a comunidade escolar e, b) é possível o

⁷ Recesso escolar: de 23.03.2020 a 09.04.2020 (IN SME nº 13/2020 - ver item 3.1).

⁸ A SME possuía, em dezembro de 2019, 1.045.474 estudantes matriculados em sua rede de ensino (TC nº 4097/2020).

contato telefônico com a unidade educacional, uma vez que as escolas estão funcionando em sistema de rodízio (peça 14, fl. 1).

Sobre a unidade ter realizado algum tipo de orientação aos pais/responsáveis para uso dos materiais: 48,9% dos gestores escolares responderam que sim, por orientação da SME; 30,7% que sim, por iniciativa própria; 10,2% responderam que não houve orientação por parte de SME, 9,1% responderam que não foi realizada nenhuma orientação e 1,1% não responderam essa pergunta (peça 33, fl. 4). Observa-se que gestores da mesma DRE responderam de formas diferentes: houve respostas nas quatro alternativas de escolas da mesma DRE, ou seja, unidades que realizaram ações por orientação de SME, outras por iniciativa própria, outras que alegam não terem recebido essa orientação e outras que não realizaram nenhuma orientação (ver item 3.3.1.5).

Perguntou-se aos pais/responsáveis como tem sido feito o contato com os professores: 27,5% disseram não terem contato com os professores, 26,5% pelo Google Sala de Aula, 20,9% pelo Whatsapp, 8,1% pelas mídias sociais (redes sociais), 5,7% por telefone, 2,4% por e-mail, 3,3% declararam outros meios e 5,7% não responderam essa pergunta (peça 34, fl. 3). Percebe-se que as escolas tem buscado uma diversidade de meios para contatar as famílias, mas ainda é alto o percentual de famílias que dizem não ter contato com os professores, como relatado em algumas falas – transcrição literal dos relatos (peça 34, fls. 2/4):

Muita demora pros professores restorna aos alunos nas dúvidas.

Não temos orientação da escola e nem dos professores, até a presente data não tivemos retorno.

3.3.1.4. Alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

Os materiais impressos apresentam orientações específicas aos pais de estudantes com cegueira/baixa visão; surdez; deficiência intelectual; autismo e altas habilidades/superdotação, com dicas para a realização de atividades e a indicação de sites para pesquisa e acesso a recursos de acessibilidade, além de links de cadernos de aprendizagem em libras para alunos dos 1º ao 5º anos (ver item 3.4).

Observa-se que o link para o caderno de aprendizagem de libras para os estudantes do 5º ano não está correto, repetindo a referência do material dos alunos do 4º ano (peça 16, fl. 25).

Adicionalmente às orientações constantes no material impresso, a SME informa que organizou diferentes formas de atuação das equipes de educação especial nos territórios, destacando o seguinte (peça 13, fls. 2/3):

- a) As DREs estão recebendo orientações para que seus Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI) atuem junto às escolas, identificando as necessidades de eliminação de barreiras para tornar o material acessível para todos os estudantes;
- b) Os Professores de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) foram orientados a contribuir com os demais professores da unidade educacional, apresentando os recursos necessários de acessibilidade que favoreçam a realização das tarefas pelo estudante público da educação especial;
- c) Em caso de necessidade de orientação específica às famílias, a unidade educacional deverá criar um canal de comunicação para favorecer a interlocução entre os profissionais da educação especial e familiares;
- d) EMEBS, unidades polo de educação bilíngue e as unidades educacionais que atendem estudantes surdos estão sendo orientadas para oferecer aula/atividade em Libras, *lives* para correção das atividades e criação de grupos entre professores e estudantes. As escolas deverão receber o apoio dos PAAIs para as ações mais específicas, sendo imprescindível o uso de tecnologias de informação e comunicação;
- e) Para os estudantes com deficiência múltipla e surdocegueira, as unidades educacionais atuarão oferecendo orientação aos pais, socializando os recursos de comunicação utilizados na escola, incluindo dicas de comunicação aumentativa e suplementar. A disponibilização de materiais específicos deverá ser acordada entre a unidade educacional e familiares.

Na pesquisa realizada com os pais, houve relatos de dificuldades enfrentadas pelos estudantes e famílias – transcrição literal dos relatos (peça 34, fls. 1 e 3):

Meu filho autista não fala ainda!! Tem dificuldade para se concentrar e não tem paciência!!!

2 filhas minhas estão em escola da prefeitura mais só uma do 3 ano na escola emef [...] que tem aula google sala de aula a outra no 8 ano do emef [...] é especial e os professoras estão colocando lição somente no Facebook da escola e não tem lição diferenciada para ela somente a professora de AEE que posta algumas atividades. Mas quero saber como vão avaliar minha filha com as matérias se nenhum professor se preocupou em colocar lição diferenciada que ela consiga acompanhar.

Houve relato de dificuldade também na pesquisa realizada com as Dipeds (peça 32, fl. 2):

[..] Os PAEEs nos relatam que a maiorias dos estudantes público alvo da Educação Especial estão com dificuldades ou não acessaram as plataformas disponibilizadas [...]

Constata-se que não foram produzidos materiais impressos específicos para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e os sites indicados para pesquisa e acesso a recursos de acessibilidade, bem como as atividades complementares realizadas pelos professores na plataforma digital, não alcançam os alunos sem acesso ou com limitações de acesso aos recursos digitais. Observa-se, ainda, que o link informado para o acesso ao caderno de aprendizagem de libras do 5º ano não está correto.

3.3.1.5. Acompanhamento da utilização dos materiais impressos

De acordo com a SME, os professores acompanham a utilização dos materiais impressos pelos estudantes por meio da plataforma Google Sala de Aula, efetuando os devidos registros (peça 14, fls. 1/2).

Todavia, a efetiva averiguação do uso do material impresso, segundo a Secretaria, somente será possível no momento do retorno às aulas presenciais, considerando, em especial, o público sem acesso aos recursos digitais (peça 14, fl. 2).

Em relação à educação infantil, a SME informa que, considerando as especificidades dessa etapa de ensino, os professores devem fazer registros pormenorizados diários e manter arquivada a comprovação das atividades escolares, através da plataforma Google Sala de Aula (peça 14, fl. 2).

Constata-se que o acompanhamento concomitante da utilização dos materiais impressos é realizado de forma descentralizada, por cada professor que utiliza a ferramenta Google

Sala de Aula, e somente para os estudantes que acessam essa plataforma, não havendo um controle gerencial no nível central (SME).

Dos gestores respondentes da pesquisa, 30,7% disseram não realizar nenhum acompanhamento, 25,0% afirmaram que a escola faz o acompanhamento do uso dos materiais enviados por iniciativa da escola, o mesmo percentual que afirmou que o faz por orientação de SME, 18,2% alegaram não terem recebido essa orientação por parte de SME e 1,1% não respondeu essa pergunta (peça 33, fl. 5). Novamente percebe-se, dentro da mesma DRE, escolas que afirmaram que fazem o acompanhamento por orientação de SME e outras que alegam não terem recebido nenhuma orientação da Pasta (ver item 3.3.1.3).

Diante do exposto, recomenda-se que a SME estabeleça procedimentos para garantir a uniformidade do entendimento das unidades educacionais quanto às orientações emanadas pela Pasta, para que não haja um aprofundamento maior das desigualdades entre as escolas, ocasionado por interpretações variadas das mesmas diretrizes.

3.3.1.6. Correção dos materiais impressos

Conforme a SME, a correção das atividades dos materiais impressos poderá ser feita pelos professores por meio da plataforma digital; para aqueles estudantes sem acesso à internet, a correção será feita na volta às aulas presenciais (peça 13, fl. 3).

A intenção, segundo a Pasta, quando da elaboração do material impresso, foi a de que todos os estudantes tivessem acesso aos conteúdos escolares, independentemente de terem acesso aos recursos digitais, de modo que os alunos devem levar os cadernos à escola quando as aulas retornarem, para que a correção seja feita pelos docentes (peça 13, fl. 3).

A Secretaria optou por não disponibilizar as respostas dos cadernos à população, pois tem experiência de que, ao fazer isso, alguns estudantes somente copiam as respostas corretas, desvirtuando o objetivo primeiro do material, que é favorecer a pesquisa e a reflexão acerca dos conteúdos escolares (peça 13, fl. 3).

Sobre a correção dos materiais, 59,1% dos gestores escolares disseram que a ação não era aplicável, por se tratar de unidade da educação infantil, 15,9% responderam que a correção está sendo realizada por meio da plataforma digital, 13,6% farão a correção no

retorno às aulas presenciais, 8,0% afirmaram que estão realizando a correção de outra forma, 2,3% disseram que a ação será feita por meio da plataforma digital e no momento do retorno às aulas presenciais e 1,1% não responderam a pergunta (peça 33, fl. 3). As respostas dos gestores reafirmam o que foi dito por SME, entretanto cabe lembrar que nem todos os alunos acessam a plataforma e que esses não podem ficar excluídos da correção das atividades.

Considerando as estratégias da SME, observa-se que a correção das atividades ocorre em momentos diferentes para os estudantes, com prejuízos àqueles sem acesso ou com limitações de acesso aos recursos digitais, que somente poderão ter suas dúvidas esclarecidas após o retorno às aulas.

3.3.2. Plataforma digital

A plataforma digital utilizada pela SME é o Google Sala de Aula (*Google Classroom*), ferramenta de sala de aula digital, considerada pela Pasta uma ação complementar aos materiais impressos (peça 13, fl. 4 e peça 15, fl.1).

A Secretaria recebeu uma doação da instituição *Google for Education EdTech* (processo SEI nº 6016.2020/0029579-8), que criou contas a esse público e realizou a organização das salas de aulas conforme atribuição do professor no sistema EOL (peça 15, fl. 1).

Segundo a Pasta, cada unidade educacional tem autonomia para a realização do planejamento dos professores e postagem de atividades na plataforma, de forma que o conteúdo disponibilizado é variável (peça 15, fl. 1).

A orientação da Secretaria aos professores é que sejam incluídas, na plataforma, conteúdos e orientações que se relacionem ao material impresso, de modo a não haver prejuízos, em termos de conteúdo, aos estudantes que não tiverem acesso remoto (peça 13, fl. 4).

Para a utilização da plataforma, a SME informa que foram realizadas três transmissões ao vivo, duas mais específicas aos professores e uma às equipes gestora, sendo que a ação formativa específica aos professores da educação infantil ainda não foi realizada (peça 13, fl. 4).

As transmissões foram realizadas da seguinte forma:

- 14/04/2020: <https://youtu.be/FGO6dsqFR88> e <https://youtu.be/7SQ2tmSUGok> - transmissão destinada a todos os educadores, realizada no período da manhã e tarde: 193.946 visualizações até 07.05.2020;
- 30/04/2020: <https://youtu.be/zCXsVz1-hJ4> - transmissão destinada aos gestores escolares: 14.756 visualizações até 07.05.2020.

Em relação ao número de profissionais e estudantes que estão utilizando a plataforma digital, a SME informa a quantidade de ativações de contas: em 01.06.2020, aproximadamente 45 mil professores, 4 mil gestores escolares e 269 mil estudantes haviam ativado suas contas (peça 30, fl. 1).

De acordo com dados do TC nº 4097/2020, em dezembro de 2019, 1.045.474 estudantes estavam matriculados na rede municipal de educação. Os professores nas unidades educacionais, das redes direta e parceira de educação infantil, totalizavam 73.762 profissionais, em dezembro de 2019, segundo informações da SME (peças 36 a 39).

Considerando os números dos professores e estudantes da rede municipal de ensino, da rede direta e parceira de educação infantil, observa-se que 25,7% dos estudantes e 61,0% dos professores haviam ativado suas contas na plataforma digital até o dia 01.06.2020. Ressalte-se que a simples ativação de conta não significa uma utilização efetiva do ambiente virtual pelos estudantes e professores.

A Secretaria informa, ainda, que na plataforma é possível agendar reuniões, por meio do aplicativo *Meet*, e convidar famílias a participarem, acrescentando que as unidades educacionais desenvolveram outras formas de comunicação, como redes sociais, e-mail e telefone (peça 13, fl. 4).

A respeito da capacitação recebida para uso da plataforma digital, 36,4% dos gestores afirmaram não terem recebido capacitação para o uso da ferramenta (pesquisa realizada de 06 a 13.05.2020) (peça 33, fl. 1). Em relação ao percentual de professores que foram capacitados, 38,6% dos gestores responderam que todos os professores da unidade receberam capacitação, 19,3% disseram que grande parte dos professores foram capacitados, 27,3% responderam que os professores não foram capacitados, 9,1% que poucos professores foram capacitados e 4,5% responderam que não houve capacitação, mas que há previsão (peça 33, fl. 1). Dentre os 27,3% que disseram que os professores

não receberam capacitação, encontram-se gestores, além das unidades de educação infantil, de EMEFs e a EMEFM.

Apenas 9,1% dos gestores escolares que participaram da pesquisa afirmaram fazer uso da plataforma digital para interação com os alunos e pais/responsáveis: a maioria (55,7%) afirmou utilizar as mídias digitais (redes sociais) (peça 33, fl. 2). 5,7% disseram usar o telefone; 4,5% o Whatsapp; 21,6% variadas formas (mídias sociais, plataforma, e-mail, telefone, etc.), 1,1% afirmou realizar a interação de forma presencial e 1,1% não respondeu essa questão (peça 33, fl. 2).

Sobre o uso do Google Sala de aula, 43,1% dos pais/responsáveis afirmaram que o filho acessa sempre, 14,7% que acessa quase sempre, 8,1% às vezes, 1,9% quase nunca, 25,6% nunca e 6,6% não responderam essa questão (peça 34, fl. 2). Perguntados sobre o motivo da não utilização da plataforma, as respostas foram diversas e contemplam desde a falta de conhecimento sobre a ferramenta, falta de login e senha, até problemas relacionados à internet na casa das famílias. Ressalta-se que a pesquisa realizada não alcançou os familiares/responsáveis sem acesso aos recursos digitais, pois foi feita de forma eletrônica.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, em 89,4% dos domicílios⁹ da Região Metropolitana de São Paulo havia a existência de utilização da internet (peça 23).

Ressalte-se que a simples existência de internet no domicílio não é capaz de assegurar o alcance da plataforma digital disponibilizada pela SME, uma vez que há limitações como a qualidade da conexão, pacote de dados contratado e acesso a equipamentos.

Desses domicílios em que havia a utilização da internet, em 99,1% havia telefone móvel celular para acessar a internet, 59,6%, microcomputador, 20,1% tablet e 28,7% televisão com acesso à internet (peças 24 a 27).

Na pesquisa realizada com os pais/responsáveis, 36,5% disseram que o filho acessa o Google Sala de Aula com telefone celular pertencente aos pais; 19,4% com celular do

⁹ Domicílios particulares permanentes.

próprio aluno; 14,2% disseram que o acesso é feito por computador/notebook, 2,8% por tablet, 18,5% disseram que o filho não acessa o Google Sala de Aula e 8,5% não responderam essa questão (peça 34, fls. 2/3).

Considerando que o telefone celular móvel foi apontado como o equipamento mais utilizado para o acesso ao Google Sala de Aula, os dados da Pnad Contínua de 2018 registram que 53,2% das pessoas de 10 a 13 anos, da Região Metropolitana de São Paulo, possuíam o aparelho para uso pessoal (peça 28). Desse modo, observa-se que perto da metade das crianças e jovens dessa faixa etária depende da disponibilidade de equipamento de familiar/responsável para o acesso à internet.

Na pesquisa realizada com os pais, houve relatos de dificuldades enfrentadas com o acesso aos recursos digitais – transcrição literal dos relatos (peça 34, fls. 3/4):

No meu caso como tenho 4 filhos todos estudando mais so eu tenho celular então fica muito difícil ajudar eles ate de mais.

Os principais problemas é o espaço em casa, pois minha casa e pequena para acomodar 6 pessoas. É a falta de internet e computador para fazer as ligações da escola, o lugar onde moro tem muito barulho da vizinhança que brigam e falam alto o tempo todo, mora na comunidade não e nada fácil nessa quarentena,é em nem um tempo.

Estou tendo dificuldade de ajudar a minha filha no estudo pois alem de eu mesma não ter estudo trabalho em casa ...se quando estava na sala de aula ja era difícil se concentrar imagina tentando estudar numa tela minuscula de celular ? Tem que ser muito inteligente e ter muita diciplina pra isso ,ainda mais se nós pais estamos lutando pra conseguir o alimento pra por dentro de casa como vamos ter condições psicologicas de dar aular? Nem sabemos fazer isso ...na minha opinião não tem como o aluno pegar um material por si só e aprender acho que o governo está querendo milagre.

Conclui-se que a plataforma digital disponibilizada pela SME, ainda que utilizada de forma complementar à estratégia de disponibilização de materiais impressos, não atinge todos os estudantes, especialmente os alunos sem acesso ou com limitações de acesso aos recursos digitais.

3.3.3. Programas de TV

A programação televisiva é elaborada pela Secretaria Estadual de Educação, e a SME colabora com a organização de conteúdos e disponibilização de professores, apenas dos anos iniciais do ensino fundamental, para a realização das aulas, sejam ao vivo, ou gravadas (peça 13, fl. 5).

De acordo com a Secretaria, a programação é destinada aos estudantes e famílias da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) (peça 13, fl. 5), sendo o conteúdo alinhado com o currículo da cidade de São Paulo e o currículo Paulista (peça 29, fl. 1).

Para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio não houve o alinhamento curricular, de modo que a SME não indica a programação para essas etapas de ensino (peça 29, fl. 1).

Constata-se, portanto, que a programação de TV disponibilizada alcança somente os estudantes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Em 27.04.2020 iniciou-se a programação de TV para os anos iniciais, no canal 2.2 da TV Univesp, de acordo com a SME, e o detalhamento da programação diária é divulgado pelo Centro de Mídias da Educação de São Paulo - <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/programacao/> (peça 13, fl. 5).

A TV Univesp é um canal aberto da TV digital e, por enquanto, as operadoras de canais por assinatura não disponibilizam o acesso a esse canal (peça 35, fl. 5).

Verifica-se que, além do canal digital, há a disponibilização dos vídeos das aulas no canal do YouTube do Centro de Mídias da Educação de São Paulo - <https://www.youtube.com/channel/UC4PxhhCLUs1ESKz5EwuepMw/>.

Observou-se a seguinte programação registrada no site do Centro de Mídias da Educação, para o dia 08.06.2020 (peça 31):

- Educação Infantil: das 12h às 13h30, com programas de 30 minutos de duração dirigidos à creche e pré-escola, pela TV Univesp;
- Anos Iniciais: das 7h30 às 16h30, com programas de 30 minutos de duração nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, História/Geografia e Arte, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, pela TV Univesp;
- Anos Finais: das 7h30 às 15h30, com programas de 45 minutos de duração nas áreas de Correção AAP (avaliação da aprendizagem em processo), Arte, Matemática e Ciências, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, pela TV Educação e pelo APP;

- Ensino Médio: das 7h30 às 19h15, com programas de 45 minutos de duração de correção de AAP; reprises e nas áreas de Química, Matemática e História, do 1º ao 3º ano, pela TV Educação e APP;
- Educação de Jovens e Adultos (EJA): das 18h às 21h, com programas de 30 minutos de duração nas áreas de Matemática, Inglês, Língua Portuguesa, Química e Geografia, para os 1º, 2º e 3º termos do ensino fundamental e médio, pela TV Educação e APP;
- Formação de Professores: às 14h, pelo APP com parceiros e às 12h e 13h educação e entretenimento, sem indicação de canal.

O percentual de famílias que afirmaram que os filhos assistem à programação de TV foi baixo na pesquisa realizada: 8,1% responderam que os filhos sempre assistem; 6,2% que quase sempre assistem; 13,3% que às vezes assistem; 14,2% que quase nunca assistem e 52,6% que nunca assistem (peça 34, fl. 3).

Segundo a SME, uma notícia no site da Pasta divulgou a participação dos professores nas gravações e apresentou a programação geral, com o horário de transmissão para cada ano¹⁰ (peça 29, fl. 1). Além disso, a SME informa que compartilhou a programação do Centro de Mídias com as DREs e solicitou ampla divulgação às unidades educacionais para que elas realizassem a comunicação com as famílias.

Foram relatados pelos pais/responsáveis problemas no acesso à programação de TV – transcrição literal dos relatos (peça 34, fls. 3/4):

Então meu filho não consegue assistir as aulas pois não temos boa conexão a internet...e muita das vezes não consigo tirar as dúvidas q ele tem....e entre outros né....

A maior dificuldade foi ter acesso as informações sobre como seriam as aulas pelo classroom, qdo começariam, nem sabíamos q tinha um canal de tv passando as aulas. A divulgação correta e precisa foi bem precária.

Recomenda-se que a SME amplie as formas de divulgação da programação de TV, uma vez que há relatos de desconhecimento da existência dessa ação.

¹⁰ <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/professores-da-rede-municipal-gravam-ideos-para-a-tvunivesp/>

3.4. Aderência dos materiais impressos ao currículo escolar do município

Os materiais impressos enviados aos alunos da rede municipal de ensino podem ser baixados no site da secretaria¹¹. Foram denominados “Trilhas de Aprendizagem” e contemplam da Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos. Foram formulados com base no currículo da cidade de São Paulo e no currículo paulista, e teve a colaboração da Undime, da Secretaria Municipal e Estadual de Educação de São Paulo.

Para fins de auditoria verificou-se o material para crianças de 4 e 5 anos (EMEI) e os materiais para os 1º, 5º e 9º anos (EMEF), nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, para análise das atividades propostas e sua aderência ao currículo da cidade.

Todos os materiais começam com uma carta do secretário às famílias, seguido de orientações às famílias sobre prevenção e cuidado com o novo coronavírus. Também contém uma orientação sobre o uso dos materiais e uma descrição do tipo de atividade para cada ano e orientações para montagem de uma rotina de estudos para as crianças maiores.

3.4.1. Trilhas de Aprendizagens – Brincadeiras e Interações para crianças de 4 e 5 anos (peça 16)

O material de educação infantil possui uma introdução sobre alguns conceitos de educação, escola e educar e faz referência aos documentos que normatizam a educação infantil, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, além do Currículo da Cidade. Fica explícito no material que ele não é substitutivo da escola, tampouco se propõe a uma educação infantil à distância, mas se coloca como possibilidades de experiências que podem ser realizadas com as crianças no período de isolamento (fl. 26).

As atividades propostas no material contemplam os temas de: organização da rotina (fls. 27/29); momentos de alimentação (fls. 29/31); momentos de descanso (fl. 31); brincadeiras e brinquedos para se divertir em casa (fls. 33/39); atividades culinárias e artísticas (fls. 40/43); receitas de gelecas, tintas e massas, brincadeiras com água (fls. 44/47); atividades

¹¹ Trilhas de aprendizagens. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens/>. Acesso em: 06.05.2020.

de leitura, incluindo um conto africano e duas histórias ilustradas (fls. 48/58) e cantigas de roda (fls. 59/62). O material também possui indicações de links com materiais complementares em todas as áreas. Não há nenhum local para que a criança escreva no material, sendo as propostas de escrita às relacionadas a receitas, listas e outros elementos do cotidiano.

Todo o material é dirigido ao responsável leitor, uma vez que as crianças nessa faixa etária ainda não estão alfabetizadas. Dessa forma, as atividades devem ser propostas à criança pelo adulto cuidador. Há que se fazer uma ressalva: em muitas famílias, os adultos que cuidam das crianças pequenas são analfabetos ou tem muita dificuldade em realizar a leitura e interpretação de textos: segundo a última pesquisa do Instituto Paulo Montenegro, de 2018, três em cada dez brasileiros são analfabetos funcionais, ou seja, tem muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita¹². Nesses casos, pode haver dificuldades na proposição das atividades.

Na pesquisa on-line realizada com os pais/responsáveis, apenas 31,3% responderam que conseguem sempre acompanhar as crianças nas atividades. Algumas respostas destacam o fato das crianças terem pouca idade, o que denota que pode ter havido uma falha no entendimento de algumas famílias de como o material poderia ser usado – transcrição literal dos relatos (peça 34, fl. 1).

Esse material não faz diferença na vida de uma criança de 2 anos e 2 meses, um bebê.

Meu filho tem 2 anos.

Outro ponto que merece destaque é o fato de algumas atividades propostas requerem materiais que não são facilmente encontrados nos lares da maior parte das famílias, como papel crepom (brincadeira cama de gato, fl. 34), tintas guache (caixa mágica, fl. 35 e atividades de artes, fl. 42), bexiga (raquete de cabide, fl. 36), água boricada e corante (slime, fl. 44).

Ao se olhar para o currículo da educação infantil (peça 20) verifica-se que todo ele é construído tendo como base as brincadeiras e interações.

¹² Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTE16/view>. Acesso em 06.05.2020.

Dessa forma, considera-se que o material “trilhas de aprendizagem” enviado às famílias com crianças de 4 e 5 anos está de acordo com o currículo da cidade, seguindo os mesmos princípios e concepções de infância.

3.4.2. Trilhas de Aprendizagens – 1º ano (peça 17)

O material “trilhas de aprendizagem” do ensino fundamental é dividido em áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemáticas, Ciências Naturais e Humanas (fl. 25). Diferente do material da educação infantil, esse foi construído para a criança, que deve realizar as atividades propostas com auxílio de um adulto. Na parte comum a todos os livros, há uma orientação aos pais/responsáveis de cada ano (fls. 8/20). Para os 1º anos, a orientação diz que os responsáveis podem usar o material didático das crianças, explica sobre o processo de alfabetização e porque não corrigir a grafia das crianças nessa fase, orienta sobre a importância da leitura, que as atividades devem ser feitas na ordem em que aparecem e que também é importante oportunizar jogos e brincadeiras (fls. 12/13).

A primeira parte do material de Língua Portuguesa possui parlendas e atividades de escrita espontânea, escrita com letras móveis e desenhos (fls. 28/33). A segunda parte traz o tema “brinquedos” e possui atividades para ligar desenhos de brinquedos aos seus nomes, cruzadinha com brincadeiras, lista com nomes de brincadeiras e ingredientes para pintar os nomes corretos (fls. 34/40). O terceiro tema proposto é “frutas” e tem os mesmos tipos de atividades descritos anteriormente (fls. 41/44). Por último, temos os contos tradicionais com atividades como: lista de contos para circular qual a criança conhece, escrita espontânea de nome de contos, relação entre nomes de personagens e desenhos (fls. 45/50). Algumas atividades propostas foram adaptadas do material ler e escrever da secretaria estadual de educação (2011) e outras do material produzido pela própria SME, projeto intensivo no ciclo I, também de 2011. Cabe destacar que o Currículo da Cidade é de 2019 e a utilização de atividades que estavam aderentes à outro currículo pode ocasionar uma dissonância com o atual currículo.

Diferente do material da educação infantil, que propõe atividades que podem ser adaptadas para as crianças com deficiências, esse material traz apenas as orientações gerais dos cadernos, já comentadas anteriormente. Não há, nas atividades, propostas de adaptação para esse público.

O currículo do ensino fundamental é dividido nos diferentes componentes curriculares e, dentro de cada componente há orientações para cada ciclo: alfabetização, interdisciplinar e autoral (peça 21, fls. 44/47). Também possui eixos estruturantes que organizam os objetos de conhecimento de cada componente curricular (fl. 50). Em cada ano e para cada eixo, há a definição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que é designado como “o conjunto de saberes que os estudantes da Rede Municipal de Ensino devem desenvolver ao longo do Ensino Fundamental” (fl. 51).

Para o 1º do ano do ensino fundamental os eixos de trabalho são: prática de leitura de textos; prática de produção de textos escritos; prática de escuta e produção de textos orais; prática de análise linguística/multimodal (fls. 102/106).

Foi possível identificar no material “trilhas de aprendizagens” atividades que contemplam os seguintes objetivos:

(EF01LP01) Localizar nomes em listas de campos semânticos diversos (nomes próprios, títulos de livros, brincadeiras, agenda do dia, entre outros);

(EF01LP03) Ler, por si mesmo, textos conhecidos (parlendas, adivinhas, poemas, canções, trava-línguas etc.), ainda que seja por um procedimento de ajuste do falado ao escrito;

(EF01LP06) Ler cantigas, parlendas e textos da tradição oral, refletindo sobre os efeitos de sentido;

(EF01LP11) Escrever listas de palavras e/ou de títulos de livros, parlendas, quadrinhas, trava-línguas, entre outros textos, consultando referenciais estáveis (como a lista de nomes da turma) e justificando a forma de escrever;

(EF01LP12) Escrever listas de palavras e/ou títulos de livros, parlendas, quadrinhas, trava-línguas, entre outros textos, com letras móveis, justificando as decisões tomadas em relação às letras utilizadas;

(EF01LP13) Escrever alfabeticamente, até o final do ano, textos que se sabe de cor (parlendas, adivinhas, quadrinhas, cantigas, trava-línguas, entre outros) e trechos de receitas culinárias e listas em geral, ainda que escrevam com algumas falhas no valor sonoro convencional.

No entanto, cabe destacar que, no currículo do 1º ano todos esses objetivos são indicados para serem feitos de forma **coletiva, em grupos ou em duplas** e não como atividade autônoma. Esse fato se deve à especificidade do 1º ano, pois, como o próprio currículo cita, “o Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º ano) marca o ingresso do estudante no Ensino Fundamental. Para algumas crianças, é o início da vida escolar; para outras, a transição rumo a uma nova etapa de ensino” (fl. 98).

Há a indicação de que as atividades obedeçam a esse movimento espiral:

Nessa direção, todo trabalho de linguagem, quer seja de produção de textos, de leitura ou escuta ou, ainda, de análise e reflexão sobre a linguagem, compreendendo a especificidade de cada situação indicada, pode prever um tratamento que respeite esse movimento em espiral partindo do coletivo, passando pelas duplas ou grupos, chegando ao individual e, a partir das constatações de aprendizagem realizadas, voltando ao coletivo, agora em outro patamar, na condição de realizar tarefas que antes não conseguiriam. Especialmente quando se tratar de um conteúdo novo para os estudantes, esse é um movimento que traz mais benefícios para o processo de aprendizagem (fl. 83).

Para exemplificar melhor, no site da SME há a sugestão de sequências de atividades a serem desenvolvidas com base no currículo da cidade¹³. É possível selecionar uma sequência de atividades para o 1º ano que tem como tema “Contos de Fadas”. Há uma atividade muito parecida com a atividade 24 (peça 17, fl. 47) do material “trilhas”. A diferença fundamental entre elas está na proposta de execução da atividade. No site da SME a proposta é: “Você conhece todos os contos abaixo? A professora ou professor informará os títulos que tem na lista. Em seguida, leia, com seu colega de dupla, o nome dos contos e circule quais você já ouviu.” Ou seja, essa atividade, pela forma como está proposta, segue a indicação do currículo: professor leitor e atividade em dupla o que não ocorre na atividade proposta no “trilhas”, cujo enunciado é “Você gosta de história de bruxas? Circule na lista a seguir os nomes das histórias que têm bruxas”.

Considerando que as aulas na rede municipal foram iniciadas em 05.02.2020 e as aulas presenciais suspensas a partir de 16.03.2020 (IN SME nº 13/2020), as crianças do primeiro ano tiveram pouco mais de um mês de aula. Assim, a maior parte dos conteúdos são novos

¹³ Disponível em: <https://curriculo.sme.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 06.05.2020.

para elas, não sendo apropriadas atividades que exijam das crianças conhecimentos que elas ainda não tiveram tempo de adquirir.

Esse tipo de dificuldade que as crianças podem enfrentar para a realização das atividades apareceu em alguns relatos de pais/responsáveis obtidos na pesquisa: 17,5% dos respondentes afirmaram que encontram dificuldade em explicar as atividades para os filhos (peça 34, fl. 1) e há relatos de que as atividades não são claras e que os filhos encontram dificuldades em realizar as atividades do material – transcrição literal dos relatos (peça 34, fls. 1/2):

Está no primeiro ano não temos as técnicas para alfabetizar uma criança, ela se sente insegura e chora.

Muitas das vezes nem eu entendo.

Dificuldade de interpretar sozinha as atividades.

Sou da área da saúde, por questões do momento estamos em isolamento, meu filho está ficando com meus pais, que já são de idade, e por isso tem certas dificuldades em realizar algumas propostas.

Tenho um pouco de dificuldade em explicar algumas atividades e também tenho meu trabalho que acaba atrapalhando um pouco.

Considerando que as atividades propostas para as crianças do 1º ano prescindem de um adulto leitor, já que a maior parte das crianças ainda não está alfabetizada, a ausência desse adulto pode ocasionar prejuízo à realização das atividades. E foram vários os relatos de pais/responsáveis que não conseguem acompanhar sempre os filhos – transcrição literal dos relatos (peça 34, fls. 3/4):

Não consegue acompanhar o estudo, e falta de alimento.

Tenho três crianças em idade diferentes, não tô conseguindo acompanhar todas pois tenho a do meio que tem problema de saúde da convulsão, só temos um cel dentro de casa. não recebo benefício nenhum estou vivendo de cesta básica fui Mandada embora na epidemia. espero que tudo isso acabi logo, eu meus esposo desempregados. Estou em choque com tod situação.

difícil por conta das aulas não tô conseguindo ajuda meu filho.

Gostaria que meu filho tivesse aulas online pois no Google aula ele tem que se vira sozinho e trabalho não consigo acompanhar ele sempre.

A minha dificuldade é ensinar os meninos com os deveres da escola que é enviado pelos professores pelo Google sala.

Verifica-se que o material está construído apenas nos eixos de leitura e produção de textos, não havendo nenhuma atividade de texto oral ou análise linguística. Cabe ressaltar ainda que, as atividades descritas nos objetivos 06, 11, 12 e 13 são indicadas para serem feitas de forma coletiva, em grupo ou em duplas, mas não individualmente como são propostas no material.

Diferentemente do que ocorre no material da educação infantil, o do 1º ano não apresenta nenhuma proposta de contação de história para o adulto fazer ou uma brincadeira para a criança realizar, apesar de haver uma sessão com vários tipos de brincadeiras (a orientação para leitura e brincadeiras está na parte inicial apenas, de orientação aos pais). Percebe-se no material uma grande ênfase em atividades de escrita, e uma ruptura total com as atividades propostas no “trilhas” da educação infantil.

Outro aspecto a ser ressaltado é que não há no material do 1º ano diversidade de culturas nos contos apresentados, o que está proposto no objetivo 05 do currículo da cidade: “Ouvir a leitura de textos literários diversos, como contos de fadas, acumulativos, de assombração, modernos e populares — garantindo a diversidade de culturas (africana, boliviana, indígena, síria entre outras), bem como mitos; lendas; poemas (haicais, limeriques, de cordel, quadrinhas etc.); fábulas, entre outros, identificando a especificidade de sua organização interna” (fl. 103). Os contos que aparecem no material são os tradicionais (Chapeuzinho Vermelho, João e Maria, Rapunzel, Cinderela), todos com desenhos de personagens brancas.

Pelo exposto aqui, considera-se que o material “trilhas de aprendizagem” língua portuguesa enviado aos alunos do 1º ano do ensino fundamental não está aderente ao currículo da cidade, pois propõe atividades a serem realizadas de forma autônoma pelas crianças, sendo que a indicação do currículo é que essas atividades sejam feitas coletivamente, em grupo ou em duplas.

A parte de matemática do material “trilhas” para o 1º ano (peça 17, fls. 51/88) aborda os conteúdos relacionados a números (fls. 52/60); localização espacial (fls. 61/63); números e coleções (fls. 63/66); situações problemas e sequências numéricas (fls. 66/76). Após cada sequência de atividades há uma espécie “provinha” de múltipla escolha (fls. 58/60 e 77/78). No final do bloco de atividades, há atividades para serem feitas com os adultos (fls. 79/88).

Todas as atividades possuem enunciados escritos e prescinde de um adulto leitor para que a criança, ainda não alfabetizada no 1º ano, possa realizá-las.

O currículo de matemática (peça 22) segue a mesma divisão já detalhada anteriormente e os eixos estruturantes são: números, geometria, grandezas e medidas, probabilidade e estatística e álgebra (fl. 79).

Foram encontradas nas atividades do material “trilhas” do 1º ano correspondência com os seguintes objetivos de aprendizagem (fls. 87/90):

- (EF01M03) Contar a quantidade de objetos de coleções (fixas ou móveis) e apresentar o resultado por registros verbais e/ou simbólicos e/ou registros numéricos;
- (EF01M05) Comparar números naturais;
- (EF01M07) Comparar quantidades de objetos de duas coleções por estimativa e/ou por correspondência, identificando a que tem mais, a que tem menos ou se elas têm a mesma quantidade;
- (EF01M13) Solucionar problemas do campo aditivo (composição), utilizando diferentes estratégias pessoais de representação;
- (EF01M33) Explorar moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para solucionar problemas simples do cotidiano.

Há uma atividade que não está de acordo com o contido no currículo para o 1º ano referente ao objetivo de aprendizagem, que é a atividade de comparação de pesos (peça 17, fl. 74). A dissonância acontece porque a atividade usa medidas convencionais e o objetivo 30 do currículo prevê como objetivo do 1º ano que sejam utilizadas medidas não padronizadas (Comparar e estimar medidas de comprimento, de massa e de capacidade, usando unidades de medidas não padronizadas).

Também houve relatos dos pais referentes às dificuldades das crianças realizarem as atividades de Matemática – transcrição literal dos relatos (peça 34, fl. 1):

Matemática poderia ter vídeos explicativos.

Muitos exercícios minha filha ainda não teve a matéria como exercício de matemática do livro de trilhas aprendizagem alguns contos ainda não tinha tido e o professor passa a lição do livro a maioria tenho que ensinar ou fazer.

Em outros casos, há o descumprimento dos objetivos de aprendizagem, pois, para o 1º ano, a indicação do currículo é para que várias atividades sejam feitas de forma oral e o material “trilhas” as propõe de forma escrita:

- Atividades das fls. 66/67: a atividade indica que devem ser feitos os registros escritos das contagens e sequências numéricas, mas o currículo prescreve que sejam feitas contagens orais (EF01M04 - Realizar recitações orais de números (de um em um, de dois em dois) em escala ascendente (do menor para o maior) e descendente (do maior para o menor));
- Atividades das fls. 55; 58; 66; 78; 79: todas essas atividades propõem que as crianças identifiquem os numerais faltantes nas sequências numéricas, no entanto, a orientação do currículo é que isso seja feito oralmente (EF01M15 - Investigar e descrever oralmente um padrão (ou uma regularidade) e identificar elementos ausentes em sequências recursivas numéricas ou figurais);
- Atividades das fls. 60/62: as atividades espaciais exigem que a criança escreva a solução dos problemas propostos e o currículo orienta que as crianças indiquem oralmente as localizações espaciais: (EF01M16 - Identificar, oralmente, pontos de referência para indicar sua localização na sala de aula, usando terminologia própria (direita, esquerda, frente e atrás) e EF01M18 - Indicar, oralmente, o caminho para se movimentar no espaço da sala e chegar a um determinado local, usando terminologia adequada e representá-lo por meio de desenhos). Há um segundo problema: em uma dessas atividades o enunciado fala em horizontal e vertical e não há previsão de trabalho com esse conceito no currículo do 1º ano.

Por fim, o material possui atividades cujos objetivos de aprendizagem encontram-se contemplados apenas no 2º ano do ensino fundamental:

- Atividades das fls. 66/67: escrever sequências numéricas é objetivo posto para o 2º ano: EF02M13 - Construir sequências de números naturais, em ordem crescente ou decrescente, a partir de um número qualquer, utilizando uma regularidade estabelecida;

- Atividades das fls. 72; 74; 75/76; 80: a comparação de números naturais também é objetivo do 2º ano: EF02M02 - Comparar números naturais pela compreensão das características do sistema de numeração decimal.

Pelo exposto, considera-se que as atividades de matemática para o 1º ano contidas no material “trilhas de aprendizagem” não são aderentes ao currículo da cidade, pois o material possui atividades com conteúdos não contemplados no currículo do 1º ano e outras a serem realizadas de forma escrita, enquanto o currículo prescreve que essas atividades sejam feitas de forma oral.

3.4.3. Trilhas de Aprendizagens – 5º ano (peça 18)

A orientação aos responsáveis é comum para os 4º e 5º anos. Inicia afirmando que as crianças nessa etapa já estão alfabetizadas e produzem texto com maior autonomia, reafirma a importância da leitura, incentiva a construção de uma rotina de estudos pela família, relembra a importância de atividades físicas e artísticas e indica um site com textos de diferentes gêneros (fls. 14/15).

O material de Língua Portuguesa para o 5º ano tem atividades: de análise de infográficos (fls. 28/30); leitura e interpretação de texto, sendo textos científicos, mitos, lendas, cartas ao leitor e entrevistas (fls. 31/38; 42/44; 50/57); escrita de texto com substituição de substantivos por pronomes (fls. 39/41); formação de substantivos derivados (fls. 45/50); regra para uso do “m” ou “n” no meio das palavras (fls. 59/60) e pontuação em textos (fls. 61/63). Possui poucas figuras, sendo composto essencialmente de textos e atividades de perguntas e respostas. Algumas atividades foram adaptadas dos próprios materiais de SME (Interfaces Curriculares, Projeto Intensivo do Ciclo I, Guia de planejamento e orientações didáticas para o professor do 4º ano do Ciclo I, Recuperação Língua Portuguesa – Aprender os padrões da linguagem escrita de modo reflexivo: unidade III – Palavra dialogada). Embora os textos usados em Língua Portuguesa pudessem ser sobre os mesmos temas que seriam trabalhados em Ciências Naturais e Humanas, como sugerido no currículo, isso não ocorre: os conteúdos trabalhados em Ciências são fontes de energia e corpo humano (fls. 97/118) e os textos científicos usados em Língua Portuguesa são sobre animais. Já em Ciências Humanas, os conteúdos dizem respeito a autorretrato, diferentes tipos de famílias, revolta da vacina, linha do tempo, democracia racial (fls.

119/138), enquanto os textos de língua portuguesa versam sobre mitologia grega, lendas e entrevista com indígena.

O 5º ano, pelo atual currículo da Cidade de São Paulo (peça 21), é o segundo ano do ciclo interdisciplinar. Cabe ressaltar que no ciclo interdisciplinar há uma mudança na regência dos professores: do professor polivalente passa-se ao professor especialista, o que exige adaptação para as crianças. Na introdução do ciclo interdisciplinar, no currículo de língua portuguesa, há uma explicação sobre o tipo de trabalho a ser realizado nessa etapa e a necessidade das áreas do conhecimento serem dialógicas:

É preciso destacar o caráter dialógico por que devem ser revestidas as áreas do conhecimento nos 4º, 5º e 6º anos. Entende-se que esse dialogismo não se dá tão somente pela possibilidade de “conversa” entre os componentes curriculares, mas está diretamente ligado à necessidade de estabelecimento de proximidades, de modo que língua, ensino e sociedade tornem-se indissociáveis (fl. 117).

Ainda sobre o tema, o currículo é explícito quanto à interdisciplinaridade:

Sendo assim, a interdisciplinaridade foi contemplada na proposição de objetivos que pressupõem articulação com as demais disciplinas a partir de aspectos temáticos especificamente definidos pela sua relevância sociocultural. São eles: a interculturalidade, as questões de gênero, as relações de consumo e as questões relativas às diferentes representações sociais (fl. 117).

O currículo traz objetivos comuns ao ciclo interdisciplinar (fls. 118/122). No material “trilhas” é possível identificar apenas um deles:

- (EFCINTLP02) Localizar informações explícitas, considerando a finalidade da leitura que está sendo realizada.

Quanto aos objetivos específicos do 5º ano em Língua Portuguesa (fls. 130/137), observa-se:

- (EF05LP01) Ouvir e ler textos literários de distintas culturas, como contos (de aventura, assombração, mistério, modernos, populares, entre outros), mitos, lendas, crônicas, poemas e fábulas;
- (EF05LP07) Ler relatos históricos, artigos de divulgação científica (expositivos e/ou argumentativos) e outros textos da esfera jornalística, além de assistir a reportagens,

entrevistas, vídeos, documentários e clipes para conhecer e valorizar as diferentes culturas, considerando a multimodalidade;

- (EF05LP14) Reescrever textos no gênero em estudo, respeitando a progressão temática, os conteúdos do texto-fonte e realizando as diferentes operações de produção de textos;
- (EF05LP28) Eliminar repetições indesejadas nos textos produzidos, substituindo o referente por outra palavra (sinônimo, hiperônimo, pronome, numeral etc.) e/ou fazendo elipse do referente;
- (EF05LP32) Utilizar a pontuação medial e final como parte integrante do texto, considerando a intenção do autor, para favorecer a progressão temática e a coesão textual;
- (EF05LP46) Analisar e escrever convencionalmente palavras classificadas como regulares contextuais para compreender que o contexto determina diferenças no modo de grafar a nasalidade (M, N, entre outras formas de nasalização), R/RR, O/U, entre outras;
- (EF05LP48) Escrever substantivos terminados em ICE, verbos finalizados com ISSE, adjetivos terminados pelos sufixos OSO e OSA, adjetivos que indicam lugar de origem e se escrevem com ES/ESA e demais substantivos derivados de adjetivos que terminam com o sufixo EZA.

Como pode ser percebido, o material “Trilhas de Aprendizagem” de Língua Portuguesa do 5º ano está aderente ao currículo: cumpre objetivos do currículo relacionados a esse ano e oferece atividades que já podem ser realizadas de forma autônoma pela criança.

Em relação ao uso interdisciplinar dos textos, há um desalinhamento do que estabelece o currículo, conforme já exposto, bem como no fato de que a maioria dos textos propostos no material “trilhas” de língua portuguesa do 5º ano não contempla as temáticas propostas para o ciclo.

Pelo exposto, conclui-se que o material “trilhas de aprendizagem” de Língua Portuguesa para o 5º ano está aderente ao currículo da cidade, ressaltando-se o desalinhamento quanto às temáticas dos textos usados e à falta de interdisciplinariedade.

O material de matemática (peça 18) possui atividades de cálculo mental (fls. 66; 76/77; 84); resolução de problemas (fls. 67/68; 71/74; 79/80; 86; 93/96); valor posicional dos algarismos (fls. 69/70); usos e formas de escritas de números (fls. 72/73); medidas de comprimento (fls. 75/76; 85); arredondamento de números (fls. 77/79); medidas exatas e aproximadas (fls. 81/82); números decimais (fls. 83; 87/88; 90/92) e multiplicação (fl. 89). Em alguns temas, as atividades do mesmo tipo estão colocadas em vários momentos do material, exemplo são as atividades de resolução de problemas: a primeira sobre escrita de problemas, a segunda sobre problemas de lógica, a terceira de problemas com figuras que seguem um padrão, a quarta sobre diferentes formas de resolução de problemas, a quinta de verificação de solução de problemas, a sexta sobre identificação de excesso ou falta de dados nos problemas e a sétima sobre quantidade de soluções de um problema. Ao todo o material possui 21 atividades, sendo algumas divididas em vários itens.

Ao se confrontar o material com o currículo (peça 22), verifica-se que ele contempla os objetivos de aprendizagem para o 5º ano (fls. 103/107):

- (EF05M06) Calcular o resultado de operações (adição, subtração, multiplicação e divisão) envolvendo números naturais, por meio de estratégias pessoais, cálculo mental, arredondamentos, estimativas, técnicas operatórias convencionais e tecnologias digitais, analisando a razoabilidade do cálculo e validando os resultados;
- (EF05M08) Calcular o resultado de operações de adição e subtração envolvendo números racionais na representação decimal, por meio cálculo mental, estimativas, aproximações, arredondamentos, técnicas operatórias convencionais e tecnologias digitais, analisando a razoabilidade do cálculo e validando os resultados;
- (EF05M10) Analisar, interpretar, formular e solucionar problemas com números racionais na forma decimal, compreendendo diferentes significados do campo aditivo (composição, transformação e comparação), e validar a adequação dos resultados por meio de estimativas ou tecnologias digitais;
- (EF05M30) Solucionar e elaborar problemas envolvendo medidas de comprimento, massa, tempo, temperatura e capacidade, recorrendo a transformações entre as unidades mais usuais em contextos cotidianos e em situações que envolvam cálculo mental;

- (EF05M34) Solucionar problemas com mais de uma operação que envolvam a escrita decimal de valores do sistema monetário brasileiro.

Assim como na parte de Língua Portuguesa, o material “trilhas de aprendizagem” de matemática do 5º ano também está aderente ao currículo e as atividades de acordo com o que as crianças nessa etapa conseguem executar de forma autônoma.

3.4.4. Trilhas de Aprendizagens – 9º ano (peça 19)

O 9º ano é o último ano do ciclo aural e do ensino fundamental. Logo, espera-se que o adolescente já tenha autonomia de leitura e escrita e que já tenha se apropriado de todos os conteúdos ministrados durante essa etapa. Na seção de orientação aos pais do material, voltado aos responsáveis por alunos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio (fls. 16/20) há um espaço para os responsáveis escreverem os sonhos do estudante pelo qual eles são responsáveis, uma explicação sobre como os adolescentes aprendem, dicas para o acompanhamento dos estudos e uma proposta de agenda de atividades.

As atividades de Língua Portuguesa contidas no material “trilhas” para o 9º ano em Língua Portuguesa são: leitura e interpretação de artigos de opinião, textos científicos, poemas, textos narrativos, charges (fls. 28/32; 44/53; 53/59; 59/61, 62/64); coerência textual (fls. 33/35) e construção de orações passivas (fls. 35/ 36).

No currículo da cidade em Língua Portuguesa (peça 21) há uma explicação, como nos demais ciclos, dos objetivos da área para o ciclo (fls. 145/146) o qual dispõe que o trabalho está orientado para práticas de leitura e escrita de textos (orais e escritos); que através da linguagem os sujeitos interagem entre si e com as diversas áreas do conhecimento, que a autoria pretendida dos alunos nesse ciclo é alcançada através da produção de textos, e que os temas indicados foram mantidos do ciclo anterior: interculturalidade, questões de gênero, relações de consumo e sustentabilidade e questões referentes às diferentes representações sociais.

O material possui atividades que contemplam os seguintes objetivos de aprendizagem comuns ao ciclo (fls. 146/151):

- (EFCAUTLP02) Localizar informações explícitas, considerando a finalidade da leitura que está sendo realizada;

- (EFCAUTLP04) Articular as informações/trechos do texto, identificando as/os mais relevantes de acordo com o conteúdo temático e a finalidade da atividade, para elaborar sínteses parciais/globais do assunto tratado;
- (EFCAUTLP06) Identificar a finalidade da leitura apresentada, as características que envolvem a prática social de leitura na qual irá interagir (saraus, rodas de leitores, clubes de leitura, seminários, slams, leitura dramática, mesas-redondas, redes sociais, entre outras) e o contexto de produção específico daquela situação da qual participará ouvindo e/ou lendo.

Quanto aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento específicos para o 9º ano no currículo da cidade em Língua Portuguesa (fls. 166/173), observam-se atividades que contemplam:

- (EF09LP04) Comparar textos que apresentem posicionamentos diferentes de diversas representações sociais sobre o tema tratado, identificando pontos de vista e valores éticos e políticos neles veiculados;
- (EF09LP12) Escrever comentários opinativos a matérias lidas sobre temas atuais (impressos e/ou digitais) para compor murais de classe, corredores e em sites, além de respeitar as características da situação comunicativa e as operações de produção de texto;
- (EF09LP16) Identificar, em textos da ordem do argumentar, argumentos utilizados para sustentar a posição defendida no texto;
- (EF09LP18) Reconhecer o processo de substituição de um item linguístico por outro e o processo que se dá por elipse, com vistas a promover a inteligibilidade e utilizar articuladores textuais adequados ao gênero e ao registro linguístico do texto;
- (EF09LP23) Reconhecer diferentes maneiras de citação do discurso alheio em textos da ordem do argumentar (artigo de opinião, debate e comentário digital opinativo) e os respectivos efeitos de sentidos;
- (EF09LP29) Compreender e empregar a conjunção como aquela que estabelece relações entre os sintagmas nominais e verbais, analisando os efeitos de sentido decorrentes desse uso;

- (EF09LP31) Compreender a atuação das expressões modificadoras dos nomes e de determinantes no que diz respeito aos termos acessórios da oração, com especial atenção aos adjuntos adnominais e adverbiais;
- (EF09LP33) Reconhecer os diferentes tipos de relações que as orações estabelecem entre si (coordenação ou subordinação), em períodos compostos, considerando os usos que são feitos deles em textos escritos, bem como os efeitos de sentidos que são construídos na organização desses sintagmas.

Deve-se destacar que alguns gêneros textuais usados no material do 9º ano estão indicados para serem trabalhados em outras etapas no currículo: como o caso das charges e poemas, cuja indicação de leitura é para o trabalho no 6º ano (EF06LP04, fl. 137 e EF06LP11, fl. 138). O currículo do 9º ano dá grande ênfase na produção de textos orais e escritos, no entanto, não há no material “trilhas” nenhuma proposta de produção de textos escritos.

Também há uma indicação de uso dos textos para aprofundar os conhecimentos nas demais áreas do conhecimento e os temas dos textos de Língua Portuguesa (concessão de meia entrada para estudantes, a cidade de São Paulo, origem da vida na Terra, línguas faladas no mundo) não guardam relação com os temas tratados em Ciências Naturais (fls. 95/112) que são: energia essencial, magnetismo e geomagnetismo, evolução, genoma, tampouco com os tratados em Ciências Humanas (fls. 113/136): voto na Primeira República, Crise de 29, Ditadura, África, União Européia, Ásia. Exceção é o tema “origem da vida” e “evolução” que são trabalhados em mais de uma área. Mais uma vez não há relação entre a maior parte dos conteúdos tratados nas diferentes áreas do conhecimento, contrariando a orientação do currículo da cidade.

Dessa forma, considera-se que o material “Trilhas de Aprendizagem” de Língua Portuguesa para o 9º ano é aderente ao currículo da cidade quanto aos objetivos de aprendizagem, mas não o é quanto à produção de textos escritos e orais e à interdisciplinariedade dos textos usados.

O material de matemática do 9º ano contém atividades com frações e números decimais (fls. 68/72); porcentagem (fls. 72/74); unidades de medidas (fls. 74/76); coordenadas cartesianas (fls. 76/81); estatística, probabilidade e combinatória (fls. 81/83); operações com números racionais (fls. 84/86); estatística (fls. 86/88) e equações (fls. 89/91). Algumas

atividades necessitam de calculadora e outras de régua, materiais que não necessariamente estão disponíveis em todas as casas.

As atividades contemplam os seguintes objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do 9º ano do currículo da cidade (peça 22, fls. 121/124):

- (EF09M01) Reconhecer e utilizar procedimentos para obtenção de uma fração geratriz de uma dízima periódica;
- (EF09M05) Construir procedimentos de cálculo com números irracionais e usar a tecnologia digital para realizar cálculos por aproximações aos números racionais;
- (EF09M07) Analisar, interpretar, formular e resolver problemas que envolvam porcentagens com a ideia de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais e de juros simples;
- (EF09M09) Relacionar expressões algébricas e gráficas em planos cartesianos, explorando os significados de intersecção e declive, com uso de tecnologias digitais ou não;
- (EF09M10) Resolver e elaborar problemas que possam ser representados por equações polinomiais de 2º grau, discutindo o significado das soluções, incluindo a fatoração e o cálculo mental quando possível;
- (EF09M12) Analisar, interpretar, formular e resolver problemas que incluam sistemas de equações de 1º e 2º graus;
- (EF09M19) Obter os valores de medidas de tendência central (média, moda e mediana) de uma pesquisa estatística, com a compreensão de seus significados e relacioná-los com a dispersão de dados, indicada pela amplitude;
- (EF09M20) Solucionar problemas que envolvem noções de espaço amostral e de probabilidade de um evento.

O currículo do 9º ano na parte de “Grandezas e Medidas” propõe o trabalho com medidas de figuras geométricas. No entanto, no material “trilhas” a proposta é de resolução de problemas de medidas do cotidiano, como quilograma, metro, etc., cujo objetivo de aprendizagem está contemplado no 4º ano do ensino fundamental: (EF04M28) Estimar e

medir grandezas utilizando a unidade de medida mais conveniente (centímetro, quilômetro, metro, grama, quilograma, litro e mililitro), expressando numericamente a medição de comprimento, massa ou capacidade (peça 22, fl. 102).

Isso posto, conclui-se que o material “trilhas de aprendizagem” de Matemática do 9º ano é aderente ao currículo da cidade no trabalho com números, álgebra e geometria, mas não o é referente ao trabalho com grandezas e medidas.

3.5. Utilização das atividades não presenciais para cumprimento da carga horária mínima anual

Segundo o art. 24, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9394/1996), a carga horária mínima anual será de 800 horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Para a educação infantil, a carga horária mínima anual é de 800 horas, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional (art. 31, inciso II da LDB).

A Medida Provisória (MP) nº 934, de 1º de abril de 2020, estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública.

O art. 1º da referida MP dispensa, para o estabelecimento de ensino de educação básica, em caráter excepcional, a obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar (200 dias), desde que cumprida a carga horária mínima anual (800 horas).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou, em 30.04.2020, o Parecer nº 5/2020, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e sobre a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19.

O documento tem caráter orientador e estabelece que a competência para definir a reorganização dos calendários e a realização de atividades não presenciais é dos sistemas de ensino.

A SME ainda está avaliando a possibilidade de utilização de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual (peça, 10, fl. 1).

De acordo com a Pasta, para a tomada de decisões sobre o ano letivo será necessário conhecer o período total de isolamento social dos estudantes, ressaltando que a reorganização do calendário escolar considerará as recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Municipal de Educação (CME).

Constata-se que ainda não há definição a respeito do cômputo das atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual. Assim, sugere-se que a reorganização do calendário escolar seja objeto de auditoria específica após a definição da SME.

3.6. Plano pedagógico para o retorno das aulas presenciais

O plano pedagógico para o retorno das aulas está em fase de formulação, de acordo com a SME, e está sendo construído de forma colaborativa com as DREs e as unidades educacionais, no intuito de acolher os estudantes de forma segura e que promova a aprendizagem e o desenvolvimento (peça 10, fl. 1 e peça 11, fl. 3).

No projeto que está sendo desenhado pela SME estão sendo consideradas estratégias para (peça 10, fls. 1/2):

- a) Recuperação intensiva logo na volta para todos os estudantes;
- b) Reorganização da recuperação contínua para todos os estudantes;
- c) Reorganização do projeto de apoio pedagógico no contraturno escolar para os estudantes com problemas de aprendizagem. Para essa análise, logo no retorno será realizada uma avaliação diagnóstica.

De acordo com a Pasta, o material impresso enviado aos estudantes será o ponto de partida do trabalho de recuperação intensiva (peça 10, fl. 2).

Estratégias para o combate da evasão escolar

A SME informa que, para além de todas as ações regularmente adotadas pelas unidades educacionais, tais como o controle regular da frequência, contato com a família do estudante com frequência irregular para a realização de orientações e notificação ao conselho tutelar

dos casos de faltas reiteradas e sem justificativa, pretende, como parte do projeto de retorno (peça 11, fls. 1/3):

- a) Elaborar diretrizes norteadoras dos procedimentos a serem adotados, por parte dos gestores escolares, no caso de frequência irregular ou evasão escolar;
- b) Estabelecer os parâmetros específicos a serem adotados no período de retorno das atividades escolares presenciais que oriente os gestores sobre o número de faltas a serem consideradas como indicadoras de baixa frequência;
- c) Orientar a ação supervisora para o acompanhamento dos procedimentos adotados pelos gestores escolares nas situações de baixa frequência ou evasão escolar;
- d) Especificar número de faltas consecutivas ou interpoladas que no momento pós-pandemia serão consideradas como baixa frequência (número deve considerar a proporcionalidade dos dias letivos presenciais);
- e) Estabelecer quantidade de ausências que no momento pós-pandemia serão consideradas como evasão escolar;
- f) Detalhar o seguinte protocolo a ser adotado pelo gestor escolar (os números de dias ainda estão sendo definidos):
 - 1º. Após xxx dias de faltas entrar em contato com responsável;
 - 2º. Na ausência de contato com o responsável no prazo de xxx dias, notificar o conselho tutelar com relatório com descrição das ações desenvolvidas pela escola;
 - 3º. Na ausência de retorno do conselho tutelar no prazo de xxx dias, comunicar a equipe do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA) da DRE de referência para receber apoio na articulação com a rede de proteção.
- g) Identificar se as ausências estão associadas a afastamentos médicos superiores a 30 dias, em caso positivo adotar procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 11/2020 de reorganização do NAAPA;

- h) Verificar as situações em que as ausências envolverem adolescentes gestantes ou puérperas para flexibilização da rotina escolar ou adequação do espaço para possibilitar a amamentação;
- i) Realizar levantamento de situações em que o estudante faltoso seja adolescente em conflito com a Lei para que em parceria com o serviço de medida socioeducativa se desenvolva plano de atendimento individual;
- j) Viabilizar a participação de estudantes com histórico de reprovação ou frequência irregular em projetos de apoio pedagógico e de extensão de jornada, rodas de conversa e grupos de orientação e estudo;
- k) Investir em atividades que ampliem o repertório cultural do estudante, utilizando os espaços públicos da cidade como produtores de conhecimento, identificando espaços de cultura existentes no entorno da escola (Casa de Cultura, CEU, biblioteca, Centros de Convivência e Cooperativa - CECCO) e que valorizem as culturas locais.
- l) Promover escuta e acolhimento para os estudantes que apresentarem sinais de angústia ou agitação, buscando apoio do NAAPA para as situações que apontem para condutas autodestrutivas;
- m) Dedicar atenção especial na organização das práticas pedagógicas voltadas para os grupos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, reconhecendo os riscos de exposição ao trabalho infantil;
- n) Intervir nas situações de suspeita ou constatação de violência, realizando a notificação ao Conselho Tutelar, dar ciência ao Supervisor Escolar e ao NAAPA de modo a promover o cuidado com a articulação da rede de proteção do território;
- o) Possibilitar o acesso dos estudantes imigrantes com dificuldades com a língua portuguesa aos conteúdos escolares. O Núcleo de Educação para as Relações Étnico-raciais pode ajudar e orientar sobre as possibilidades de tradução;
- p) Fortalecer espaços na unidade educacional de protagonismo infanto-juvenil como os grêmios e as assembleias;

- q) Reorganizar as turmas de recuperação das aprendizagens priorizando os anos finais do ciclo autoral;
- r) Fortalecer os espaços de participação democrática como estratégia de enfrentamento das situações de conflito que geram baixa frequência ou evasão, esclarecendo a comunidade escolar (estudantes, responsáveis, professores, quadro de apoio) sobre os procedimentos e planejamentos a serem adotados no retorno das atividades.

A SME ressalta, ainda, que a evasão escolar está relacionada a uma multifatorialidade e atinge um grupo heterogêneo de estudantes, reforçando a necessidade de ações no campo da prevenção e atuação em rede para o seu enfrentamento, de modo que a proposta envolverá a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a Secretaria Municipal de Saúde e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Constata-se que as estratégias para o retorno às aulas presenciais, bem como as medidas para combater a evasão escolar, ainda estão em fase de construção, envolvendo uma série de protocolos e articulação multissetorial.

Sugere-se, assim, que seja realizada auditoria específica sobre esse assunto após a finalização do plano e efetivo retorno às aulas presenciais.

3.7. Outros problemas vivenciados pelas escolas e famílias dos alunos atendidos

Para além das dificuldades relatadas referentes aos materiais enviados e ao acesso à plataforma, na pesquisa realizada com as unidades educacionais e com os pais/responsáveis, deixou-se uma questão aberta para que pudessem ser relatados os principais problemas que tem sido enfrentados pelas famílias durante a pandemia.

No caso dos gestores, os relatos contemplam questões como falta de alimentação para as famílias, ausência de acesso à internet, dificuldades de acesso à plataforma, desemprego, dificuldades financeiras, violência, problemas na entrega do cartão alimentação (peça 33, fls. 6/8).

Da mesma forma, os relatos dos pais passam por esses mesmos temas. Seguem alguns relatos obtidos de pais/responsáveis – transcrição literal dos relatos (peça 34, fls. 3/4):

O desemprego pois está muito difícil em tudo.

Estando desempregada sem poder ir trabalhar passando por algumas dificuldades.

Maior dificuldade é ficar sem trabalhar

Tenho dificuldade pois tenho 4 filhos estou passando necessidade pois ninguém em casa está trabalhando não recebi nenhum auxílio do governo e tenho que lidar com tudo sozinho estou desesperada.

Eu e meu esposo estamos trabalhando normal a dificuldade é que não temos com quem deixa a nossa filha.

Mãe precisa trabalhar e as crianças estão em casa. É preciso voltar as aulas.

Dificuldade financeira. Pois tenho dias crianças pequenas em casa, também estou sem trabalhar e os gastos aumentaram.

Tá muito difícil as coisas.

Falta de recursos financeiros por não ter trabalho.

Os principais problemas é o espaço em casa, pois minha casa é pequena para acomodar 6 pessoas. É a falta de internet e computador para fazer as ligações da escola, o lugar onde moro tem muito barulho da vizinhança que brigam e falam alto o tempo todo, mora na comunidade não é nada fácil nessa quarentena, é em nem um tempo.

Os relatos deixam claro que, para além dos problemas de aprendizagem, as famílias têm enfrentado dificuldades em relação à própria sobrevivência.

3.8. Responsável pela área

Bruno Caetano Raimundo – Secretário Municipal de Educação

4. CONCLUSÃO

Após a análise das estratégias educacionais disponibilizadas pela SME para assegurar a aprendizagem dos bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal durante o período de suspensão do atendimento presencial, decorrente da pandemia do novo coronavírus, conclui-se o seguinte:

4.1. O material impresso enviado aos estudantes, por meio do correio, é o ponto central para o desenvolvimento de atividades de aprendizagem durante o período de suspensão do atendimento presencial, de modo a não haver prejuízos aos alunos que não possuem o

acesso remoto. A plataforma digital, que conecta professores e estudantes, e os programas de TV são ações complementares aos materiais impressos (item 3.2.1);

4.2. Os gestores e os professores das unidades educacionais não participaram da formulação das estratégias educacionais previstas na IN SME nº 15/2020. Para além da previsão legal do princípio da gestão democrática do ensino público, estabelecido na CF e na LDB, a escuta e a participação desses profissionais na construção das estratégias favoreceria a implementação e a efetividade da política pública nos diferentes territórios da cidade (item 3.2.2);

4.3. Na primeira quinzena de maio de 2020, mais de um mês após o fim do recesso escolar, 20% dos estudantes da rede municipal, ou seja, aproximadamente 209 mil alunos, ainda não haviam recebido o material impresso. No início de junho de 2020, a entrega dos cadernos havia sido finalizada e os materiais devolvidos pelos correios ainda estavam em processo de envio às unidades educacionais para posterior entrega aos estudantes, mediante agendamento. Ainda que os cadernos estejam disponíveis para download, consigna-se que a demora na entrega desses materiais causa prejuízos aos estudantes sem acesso ou com limitações de acesso aos recursos digitais, notadamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (item 3.3.1.2);

4.4. Não foram produzidos materiais impressos específicos para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e os sites indicados para pesquisa e acesso a recursos de acessibilidade, bem como as atividades complementares realizadas pelos professores na plataforma digital, não alcançam os alunos sem acesso ou com limitações de acesso aos recursos digitais. Observa-se, ainda, que o link, informado para o acesso ao caderno de aprendizagem de libras do 5º ano não está correto (item 3.3.1.4);

4.5. O acompanhamento concomitante da utilização dos materiais impressos pelos estudantes é realizado de forma descentralizada, por cada professor que utiliza a ferramenta Google Sala de Aula, e somente para os estudantes que acessam essa plataforma, não havendo um controle gerencial no nível central (SME) (item 3.3.1.5);

4.6. A correção das atividades dos materiais impressos ocorrerá em momentos diferentes para os estudantes, com prejuízos àqueles sem acesso ou com limitações de

acesso aos recursos digitais, que somente poderão ter suas dúvidas esclarecidas após o retorno às aulas (item 3.3.1.6);

4.7. 25,7% dos estudantes e 61,0% dos professores da rede municipal de ensino (rede direta e parceira de educação infantil) haviam ativado suas contas na plataforma digital até o dia 01.06.2020. Ressalte-se que a simples ativação de conta não significa uma utilização efetiva do ambiente virtual pelos estudantes e professores (item 3.3.2);

4.8. A plataforma digital disponibilizada pela SME, ainda que utilizada de forma complementar à estratégia de materiais impressos, não atinge todos os estudantes, especialmente os alunos sem acesso ou com limitações de acesso aos recursos digitais (item 3.3.2);

4.9. A programação de TV disponibilizada alcança somente os estudantes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (item 3.3.3);

4.10. O conteúdo do material “trilhas de aprendizagem”, enviado aos alunos da rede municipal de ensino de São Paulo, quanto à aderência ao currículo da cidade, revela-se: **aderente**, referente aos materiais enviado às **crianças de 4 e 5 anos** e aos estudantes dos **5º anos**, em Língua Portuguesa e Matemática, ressaltando-se o desalinhamento quanto às temáticas dos textos usados e à falta de interdisciplinariedade; **parcialmente aderente**, referente ao material enviado para os alunos dos **9º anos**, em Língua Portuguesa e Matemática, e; **não aderente**, referente ao material enviado aos **1º anos**, em Língua Portuguesa e Matemática (item 3.4.1);

4.11. Considera-se que o material “trilhas de aprendizagem” de Língua Portuguesa enviado aos alunos do 1º ano do ensino fundamental não está aderente ao currículo da cidade, pois propõe atividades a serem realizadas de forma autônoma pelas crianças, sendo que a indicação do currículo é que essas atividades sejam feitas coletivamente, em grupo ou em duplas. Em relação à Matemática, o material enviado possui atividades com conteúdos não contemplados no currículo do 1º ano e outras a serem realizadas de forma escrita, enquanto o currículo prescreve que essas atividades sejam feitas de forma oral (item 3.4.2);

4.12. Considera-se que o material “trilhas de aprendizagem” de Língua Portuguesa enviado aos estudantes do 9º ano é aderente ao currículo da cidade quanto aos objetivos

de aprendizagem, mas não o é quanto à produção de textos escritos e orais e à interdisciplinaridade dos textos usados. Em relação à Matemática, o material é aderente ao currículo no trabalho com números, álgebra e geometria, mas não o é referente ao trabalho com grandeza e medidas (item 3.4.4);

4.13. Ainda não há definição da Pasta a respeito do cômputo das atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual (item 3.5);

Com relação ao plano pedagógico da SME para o retorno das aulas presenciais, conclui-se que:

4.14. As estratégias para o retorno às aulas presenciais, bem como as medidas para combater a evasão escolar, ainda estão em fase de construção, envolvendo uma série de protocolos e articulação multissetorial. No projeto que está sendo desenhado pela Pasta estão sendo consideradas estratégias para: a) recuperação intensiva logo na volta para todos os estudantes, b) reorganização da recuperação contínua para todos os alunos, c) reorganização de apoio pedagógico no contraturno escolar para os estudantes com problemas de aprendizagem - no retorno às aulas será realizada uma avaliação diagnóstica (item 3.6);

5. RECOMENDAÇÕES

Diante das constatações alcançadas ao longo do trabalho, recomendamos à Secretaria Municipal de Educação que:

5.1. Estabeleça procedimentos para garantir a uniformidade do entendimento das unidades educacionais quanto às orientações emanadas pela Pasta, para que não haja um aprofundamento maior das desigualdades entre as escolas, ocasionado por interpretações variadas das mesmas diretrizes (itens 3.3.1.3 e 3.3.1.5);

5.2. Amplie as formas de divulgação da programação de TV, uma vez que há relatos de desconhecimento da existência dessa ação (item 3.3.3).

Por fim, sugere-se que a reorganização do calendário escolar e as estratégias para o retorno às aulas presenciais sejam objeto de auditorias específicas, após as definições da SME e efetivo retorno às aulas presenciais (itens 3.5 e 3.6).

Em 12.06.2020

BÁRBARA POPP
Agente de Fiscalização

SILVIA YURI MATSUMOTO
Agente de Fiscalização

JOÃO ROBERTO FERNANDES DE LIMA
Supervisor de Equipe de Fiscalização e Controle 4